

I.

**A Reforma protestante e as primeiras guerras de religião
na França**

1.

1519-1560**A Reforma protestante e a França**

Entre junho e julho de 1519, Martinho Lutero, Andréas Bodenstein, conhecido como Carlstadt, Philippe Melanchton e Johann Eck encontram-se em Leipzig para um debate. Os três primeiros, liderados por Lutero, sustentam a idéia de que a salvação do homem não emanava da autoridade do papa, nem da Igreja de Roma, mas sim da Igreja como congregação de fé, a quem este poder havia sido outorgado por Deus. Johann Eck, vice-chanceler da Universidade de Ingolstadt, defende o papa e sua Igreja dos ataques de Lutero, sem no entanto dissuadi-lo das suas teses. De comum acordo, os dois grupos divergentes decidem recorrer às faculdades de teologia de Paris e de Eurfurt, apresentando suas posições respectivas e esperando um veredicto sobre elas. Em 4 de outubro, o duque de Saxe, que abrigava o debate, envia à Sorbonne a cópia dos argumentos apresentados. É a primeira vez que as idéias de Lutero quanto à religião e à autoridade da Igreja de Roma entram na França.

No Império, elas já haviam causado furor. Entre 1516 e 1520, 77 obras de Lutero foram publicadas, das quais houve, nesse mesmo intervalo, 457 reedições. Entre elas estavam as 95 teses afixadas na porta da igreja de Wittenberg (1517), o *Sermon von dem Ablass und Gnade* (Sermão sobre a indulgência e a graça, 1518), e *Von dem Papsttum zu Rom* (Sobre o papado de Roma, 1520). Além das discussões mais, ou menos, eruditas e teológicas que suscita entre os seus leitores, Denis Crouzet afirma que Lutero teria catalisado – primeiro no Império, depois em outros reinos da Europa onde suas obras foram traduzidas – os medos e as representações do maravilhoso no imaginário popular.

Vite, après 1517, dans l'imaginaire dominant, le merveilleux se déplace et se fixe sur un autre axe de représentation : désormais, les messages divins sont reçus comme tous, de plus ou moins près, liés à un fait unique : l'apparition, sur le devant de la scène religieuse allemande, d'un homme, Martin Luther

⁶³.

⁶³ “Rápido, depois de 1517, no imaginário dominante, o maravilhoso se desloca e fixa-se em um outro eixo de representação: daí em diante as mensagens divinas são recebidas como estando todas, de mais ou de menos perto, ligadas a um fato único: o aparecimento, no cenário religioso alemão, de um homem, Martinho Lutero”, Crouzet, 1996, p.12.

O imaginário alemão passará a se cobrir, a partir de 1517, de pressentimentos escatológicos e de ameaças divinas. Monstros nascem por todo o Império, e um novo dilúvio é anunciado para muito em breve. Em 1480, prognósticos publicados na Alemanha dão conta, para os anos de 1524-1525, de “*un grand déluge aquatique qui répéterait le déluge vétéro-testamentaire et qui viendrait punir le monde*”⁶⁴. Segundo Crouzet, o dilúvio iminente é anunciado por cerca de 56 autores, em 131 impressões, entre 1500 e 1520⁶⁵.

O medo que as idéias de Lutero provoca em alguns homens é acompanhado pela esperança de renovação da Igreja que outros depositam nele. Um círculo de alunos e professores da Universidade de Wittenberg, os humanistas de Ehrfurt, Strasbourg, Freiburg e da Basileia, além de Erasmo, artistas como Hans Holbein, Lucas Cranach e Albert Dürer, e autoridades seculares alemãs, em especial o eleitor da Saxônia e o cavaleiro Ulrich von Hutten, apóiam Lutero sobretudo por considerarem que ele representa a *natio germanica* contra os interesses de Roma⁶⁶.

Procurando dar uma resposta às angústias do povo que o trouxesse de volta à Igreja, e opondo-se às posições favoráveis a Lutero, Roma torna pública, em novembro de 1520, a bula *Exsurge domine*, datada de 15 de junho, em que condena 41 proposições de Lutero e ordena que todas as suas obras sejam queimadas. Em agosto e novembro de 1519, as faculdades de teologia de Colônia e de Louvain, respectivamente, haviam condenado várias das propostas de Lutero, e no ano seguinte, em fevereiro, as duas faculdades decidirão pela censura daquelas idéias. Em 10 de dezembro de 1520, é Lutero quem queima publicamente, em Wittenberg, escritos de Johann Eck e a bula papal, publicando, em seguida, *Por que os escritos do Papa e dos seus discípulos foram queimados pelo doutor Martinho Lutero, Alemão*. Menos de um mês depois, em 3 de janeiro de 1521, Roma excomunga Lutero.

Para evitar que as idéias de Lutero se espalhassem pelo resto da Europa, e pontualmente na França, Eck, seu opositor em Leipzig, recorre ao inquisidor dominicano para, segundo Denis Crouzet, “*mobiliser une opposition à Luther parmi les dominicains de Paris*”⁶⁷. Mas a faculdade de teologia de Paris tarda em

⁶⁴ “um grande dilúvio aquático que repetiria o dilúvio do Antigo Testamento e que viria punir o mundo”, Crouzet, 1990, I, p.108.

⁶⁵ id., ibid., I, p.108.

⁶⁶ cf. Crouzet, 1996, pp.30-31.

⁶⁷ “mobilizar uma oposição a Lutero entre os dominicanos de Paris”, id., ibid., p.72.

se pronunciar sobre o debate. São meses de espera que “*ne furent pas sans avoir en conséquence favorisé la libre circulation des idées luthériennes*”⁶⁸, afirma Crouzet. A partir de 1519 são as publicações de Lutero que começam a entrar na França. O impressor Jean Froben lhe escreve em 14 de fevereiro de 1519 para informar que 600 exemplares do seu *Opera seu lucubrationes*, de 1518, foram enviados à França e à Espanha. Até na Sorbonne, diz Froben, os livros são lidos. Em novembro do ano seguinte, 1520, o humanista Henri Loriti diz em carta a Huldrych Zwingli que um só livreiro de Paris havia vendido 1400 livros de Lutero. Em 1521, o escrito em que Lutero justificava, em dezembro de 1520, a sua ruptura com a Igreja é publicado na França com o título *Porquoi les livres du pape et de ses disciples ont été brûlés par le docteur Martin Luther*.

Como na Alemanha, Lutero provoca grande comoção entre os franceses. Também na França se fala do surgimento de monstros e de dilúvios, previstos por astrólogos para os primeiros dias de fevereiro de 1524. Crouzet transcreve as previsões de “*Maistre Henry de Fines*”, que afirma que

*selon la commune opinion des Astrologues (...) ledit déluge prendra son origine le II. jour du mois de Février M. CCCCC. XXIII. à dix heures XVIII. minutes. (...) l'eau commencera à tomber du ciel en si grosse abondance qu'il est impossible de le savoir narrer et seront les gouttes d'eau si grosses et enflées que une seule pourra abattre et effondrer un gros édifice*⁶⁹.

A terra tremerá e a água engolirá cidades como Vienne, enquanto aquelas situadas no litoral, como Anvers, Bruges, Nápoles, Veneza e Marselha, serão destruídas. É então também na França, segundo Crouzet, que

*Luther est le grand corrupteur de l'Église, celui par qui le mal est venu comme soudainement, et, comme dans une réécriture obligée de l'histoire proche, les signes qui jadis avaient été rapportés à la corruption de l'Église, désormais, sont réinterprétés comme les présages de son apparition maléfique*⁷⁰.

Sem esperar as conclusões da Sorbonne, Francisco I, em 18 de março de 1521, decide agir, e ordena ao Parlamento de Paris que faça perquirições entre os

⁶⁸ “não deixaram conseqüentemente de favorecer a livre circulação das idéias luteranas”, id., ibid., p.77.

⁶⁹ “segundo a opinião comum dos Astrólogos (...) o dito dilúvio terá origem no segundo dia do mês de fevereiro de 1524 às 10 horas e 18 minutos. (...) a água começará a cair do céu em tamanha abundância que é impossível saber narrá-lo, e serão as gotas d'água tão grandes e cheias que uma só poderá derrubar e destruir um grande edifício”, apud Crouzet, 1990, I, pp.110-111.

⁷⁰ “Lutero é o grande corruptor da Igreja, aquele por via de quem o mal chegou subitamente, e, como numa reescritura obrigatória da história próxima, os sinais que anteriormente haviam sido relacionados à corrupção da Igreja passam a ser reinterpretados como o presságio do seu aparecimento maligno”, Crouzet, 1996, p.12.

livreiros e impressores da cidade a fim de impedir que publicações sem a prévia aprovação da faculdade circulassem. Finalmente, em 15 de abril, a Sorbonne dá seu veredicto, publicado na *Determinatio theologiae Facultatis Parisiensis Super doctrina Lutheriana*. Excomungado pela Santa Sé, Lutero tem poucas chances de ter suas teses aprovadas pela faculdade de teologia de Paris. Dividida, no entanto, ela praticamente ignora a consulta que lhe havia sido apresentada em outubro de 1519 e concentra sua sentença sobre as obras de Lutero que, entre 1519 e 1521, estavam sendo publicadas no Império e lidas na França. São três, em especial, que provocam a resposta da Sorbonne: *An den christlichen Adel deutscher Nation (À Nobreza Cristã da Nação Alemã)*, *De captivitate babylonica Ecclesiae (Do cativo babilônico da Igreja)*, e *Von der Freiheit eines Christenmenschen (A liberdade de um cristão)*. Publicadas em 1520, nessas obras, segundo Pierre Mesnard, é Lutero “lui-même qui va s’affirmer, parlant au peuple sa propre langue et donnant à l’Allemagne la charte la plus exacte de ses revendications”⁷¹.

O panfleto *À Nobreza Cristã da Nação Alemã* e o tratado *A liberdade de um cristão* são publicados em alemão e têm grande difusão. Neste segundo texto, deduz-se, a partir da doutrina da justificação pela fé – *justificatio sola fide* – a liberdade do homem cristão: “*La foi suffit donc au chrétien*”, diz Lutero, “*il n’a besoin d’aucune oeuvre pour être pieux. Mais n’ayant besoin d’aucune oeuvre, il est à coup sûr affranchi des lois et des préceptes. Et affranchi il est libre*”⁷².

Sobre a idéia de liberdade cristã Lutero baseia sua proposta de sacerdócio universal, retomada no *À Nobreza Cristã da Nação Alemã*. Neste texto é ainda mais nítida a crítica à hierarquia católica: sacerdócio universal significa que todo fiel pode, no lugar da Igreja de Roma, dar corpo e voz ao ministério espiritual. Há apenas uma forma que pode assumir a hierarquia clerical, a da delegação de um direito que todos possuem, mas apenas um exercerá. O exemplo de Lutero retoma do direito alemão a noção de *Gesamte Hand*⁷³:

C’est comme si dix frères, fils et héritiers d’un roi, se concertaient pour conférer à l’un d’entre eux le droit d’administrer l’héritage commun. Bien qu’ils aient remis à

⁷¹ “ele mesmo que vai afirmar-se, falando ao povo sua própria língua e dando à Alemanha a carta mais exata das suas reivindicações”, Mesnard, 1977, p.191.

⁷² “A lei é suficiente portanto para o cristão, ele não precisa de nenhuma obra para ser pio. Mas não precisando de nenhuma obra, ele está com certeza liberto das leis e preceitos. E liberto ele é livre”, Lutero, *De la liberté...* apud id., ibid., p.192.

⁷³ Em português, literalmente, mão-comum.

*un seul la direction des affaires, ils n'en sont pas moins tous rois et tous égaux en dignité*⁷⁴.

Único dos três escritos luteranos de 1520 publicado em latim, *Do cativo babilônico da Igreja* tinha destinatários específicos, segundo Mesnard, os membros da hierarquia romana, a quem Lutero se dirigia ao considerar que “*l’Église est captive à Babylone parce qu’au lieu de recevoir directement la parole de Dieu, les fidèles se voient imposer une autorité illégale et des sacrements invalides*”⁷⁵.

As idéias apresentadas por Lutero nessas três obras, que vão da submissão do papado à autoridade da Escritura, até a discussão acerca da necessidade de uma disciplina clerical, passando pela reforma dos sacramentos, são consideradas “subversivas”⁷⁶ pela faculdade de teologia de Paris, que não pode senão condená-las como tal. A *Determinatio* acusa Lutero de ter retomado nos seus textos antigas doutrinas heréticas de maniqueístas, cátaros, hussitas, entre outros, que já haviam sido condenadas pela Igreja. Para a Sorbonne, Lutero

*est l’homme qui est dit chercher à séduire le peuple en attaquant le pouvoir de l’Église et de la hiérarchie, en créant un schisme, en déformant l’Écriture et en blasphémant contre le Saint-Esprit*⁷⁷.

A quarta parte dos 104 pontos analisados na *Determinatio* refere-se às propostas que aparecem no *Do cativo babilônico da Igreja*. Mas, sobre o questionamento da primazia do papa, a Sorbonne não se pronuncia na *Determinatio*, como, ainda no início dos debates sobre a consulta feita por Lutero e Eck, havia deixado pendente questão semelhante com a seguinte anotação: “*in materia de Leuter de qua fuerat articulus, non fuit conclusio pacifica*”⁷⁸. Denis Crouzet acredita que o silêncio da faculdade se deva sobretudo à força da Igreja galicana, que mantinha uma relativa independência com relação à Santa Sé, tendo por exemplo autoridade para gerir os impostos e dízimos coletados. Orgulhosa da

⁷⁴ “É como se dez irmãos, filhos e herdeiros de um rei, entrassem em acordo para conferir a um deles o direito de administrar a herança comum. Mesmo que eles tenham transmitido a um só a direção dos negócios, eles não são menos reis, e todos iguais em dignidade”, Lutero, *À la noblesse...* apud id., ibid., p.193.

⁷⁵ “a Igreja está cativa na Babilônia porque em lugar de receberem diretamente a palavra de Deus, os fiéis vêem-se impor uma autoridade ilegal e sacramentos inválidos”, Mesnard, op.cit., p.191.

⁷⁶ Crouzet, 1996, p.77.

⁷⁷ “é o homem de quem se diz buscar seduzir o povo atacando o poder da Igreja e da hierarquia, criando um cisma, deformando a Escritura e blasfemando contra o Espírito Santo”, id., ibid., pp.77-78.

⁷⁸ Apud id., ibid., pp.76-77.

concordata de Bolonha, de 1516, a Igreja francesa não teria conseqüentemente interesse em reforçar a autoridade de Roma em detrimento da sua própria.

Enquanto a França decidia como lidar com os problemas gerados, para o rei e para o clero, pela divulgação das idéias de Lutero, na Alemanha começava a Dieta de Worms, convocada por Carlos V sob as pressões antagônicas do papa, de Erasmo e do eleitor da Saxônia. Dois dias depois da publicação da *Determinatio*, em 17 de abril de 1521, Lutero comparece à Dieta para apresentar suas doutrinas. Recusando a retratação exigida pelo papa, ele reforça sua posição quanto à primazia da Escritura sobre a autoridade do papa: “*Si l’on ne me convainc pas par le témoignage de l’Écriture ou par des raisons décisives, je ne me puis rétracter : car je ne crois ni à l’infaillibilité du pape ni à celle des Conciles*”⁷⁹.

A resistência de Lutero contra Roma invalida os esforços de Erasmo e do eleitor da Saxônia junto ao imperador para evitar uma condenação. O resultado da Dieta de Worms, onde houve esperanças de uma reconciliação, é o banimento de Lutero das terras do Império e a destruição de toda a sua obra. Em 26 de maio de 1521 o édito contendo essas ordens é assinado por Carlos V. Escondido nas terras do eleitor da Saxônia, Lutero começa a trabalhar febrilmente na primeira tradução alemã do Novo Testamento, pronta pouco mais de um ano depois, em setembro de 1522. Apesar da ação da Igreja e do Imperador, portanto, Lutero continua escrevendo, e, talvez mesmo por causa dela, seus livros são cada vez mais lidos.

Na França, depois das buscas e apreensões ordenadas por Francisco I em março de 1521, e da decisão da Sorbonne pela condenação de Lutero, completada em maio do mesmo ano por um pedido de erradicação das idéias por ele defendidas, o Parlamento de Paris, em junho de 1521, promulga a proibição da impressão e da venda de qualquer escrito sobre a religião, a Igreja ou sobre as Escrituras que não tenha sido previamente aprovado pelos censores da faculdade de teologia. Como no Império, tais decisões, ao invés de impedirem a circulação das idéias de Lutero, resultam no aumento da procura por seus livros, e no conseqüente aumento da produção. Em julho a Sorbonne constata que traduções francesas das obras do reformador alemão são comercializadas na capital, e em 3 de agosto de 1521 um édito real – anunciado oralmente em Paris – ordena a “*tous*

⁷⁹ “Se não me convencerem pelo testemunho da Escritura ou por razões decisivas, não me posso retratar: pois não acredito nem na infalibilidade do papa nem na dos concílios”, apud id., *ibid.*, p.35.

libraires, imprimeurs et autres gens qui avaient aucuns livres de Luther”⁸⁰ que os entregassem às autoridades sob pena de 100 libras de multa e prisão. Novas traduções, e novas impressões, continuam a ser produzidas. A irmã de Francisco I, Margarida de Navarra, encomenda pessoalmente em 1524 traduções francesas do *De votis monasticis* (1521) e do *Sermo de praeparatione mortis* (1520)⁸¹. Alguns anos mais tarde, em 1533, Margarida fará traduzir também o seu Livro de Horas, do qual ela havia retirado várias orações à Virgem Maria e aos santos⁸². Os anos seguintes, e a baixa efetividade das ações da Coroa, do parlamento e da faculdade de Paris, trazem o endurecimento da repressão às idéias luteranas, já a essa altura oficialmente consideradas heréticas⁸³. Não são mais apenas as obras de Lutero que devem ser destruídas: a publicação pela Sorbonne da *Determinatio* e a Dieta de Worms haviam provocado na França o início de um movimento de contestação das decisões da Coroa, do Parlamento e da Santa Sé. Segundo Crouzet, trata-se de um combate à distância pela via das publicações, que ele chama de “guerra de libelos”⁸⁴.

Ainda em maio de 1521, mês seguinte à apresentação da *Determinatio*, Philippe Melanchton publica uma resposta à Sorbonne, *Adversus furiosum Parisiensium Theologastrorum decretum*, traduzida e vendida na França já em julho do mesmo ano. O próprio Lutero seria o autor de outra refutação da *Determinatio*, a *Determinatio secunda almae facultatis theologiae parisiensis*, uma sátira em que o autor faz-se passar por um pretenso censor da publicação de Melanchton. Em 3 de outubro todos os exemplares que se puderam encontrar em Paris do *Adversus furiosum* são queimados em praça pública. Em 4 de novembro, a multa instituída para os livreiros e impressores que tiverem obras de Lutero é aumentada para 500 libras, e o banimento é instituído como punição em substituição à prisão. As obras de Lutero e a “guerra de libelos” se espalham para fora de Paris, e com elas as proibições da Coroa e as censuras da Sorbonne: no início de maio de 1522, o Parlamento de Paris recebe uma demanda da faculdade de teologia pedindo a expansão do regime de censura para todo o reino: segundo a requisição, obras “*composées par un nommé Luther*” estariam sendo vendidas em

⁸⁰ “todos os livreiros, impressores e outras pessoas que tivessem livros de Lutero”, apud id., ibid., p.79.

⁸¹ Gilmont, 2005, p.19.

⁸² Crouzet, 1996, p.221.

⁸³ id., ibid., p.79.

⁸⁴ id., ibid., pp.79-80.

toda parte, “*au grand prejudice du salut des âmes, scandale et injure de notre mère l’Église, et dont peut advenir schisme au peuple chrétien et irréparable dommage*”⁸⁵. Paralelamente, teólogos franceses começam a publicar tratados em que defendem os dogmas e a Igreja de Roma das acusações e inovações propostas por Lutero e seus seguidores. Entre 1524 e 1526, Josse Clichtove é o autor mais ativo, publicando em latim obras contra Lutero e Erasmo. Nesses mesmos anos, há diversas publicações em francês de adversários de Lutero. A região da Lorena é um centro de repressão extremamente ativo, a partir do qual inúmeros textos contrários às idéias luteranas são difundidos. Denis Crouzet sustenta que o duque de Lorena reúne ao seu redor

*une véritable machine de guerre contre Luther, qui ne se limite pas à sa traduction en une action répressive en Lorraine même ou en Alsace, mais dont les retombées sur le royaume de France sont agencées par le biais d’impressions de textes*⁸⁶.

Nessas obras, como naquelas impressas por todo o reino, a oposição às idéias luteranas soma-se aos ataques contra o humanismo cristão, presente na França, sobretudo, através de publicações das obras de Erasmo e de Lefèvre d’Etaples. Ao agirem contra o avanço das idéias de Lutero na França, a faculdade de teologia de Paris e a Igreja gálica criam um amálgama entre estas e aquelas, isto é, entre o movimento de *reformatio* da Igreja proposto por Erasmo e a renovação – que depois de 1521 se torna reforma – de Lutero. A Coroa, por outro lado, fazia uma distinção entre esses movimentos, e, para ela, segundo Crouzet e Robert Knecht, “*l’objectif était avant tout de lutter contre la pénétration des thèses luthériennes*”⁸⁷. Comparada à de parte da Igreja francesa, a reação do rei pode parecer branda, o que não impediu que, em 1523, um eremita fosse queimado em Paris sob a acusação de heresia protestante, e uma repressão quase aleatória se abatesse sobre “hereges” e “blasfemadores”⁸⁸. Quando o rei é feito prisioneiro após a derrota na batalha de Pávia, contra a Espanha, o Parlamento de Paris e a Sorbonne passam a comandar com vigor – e alguns excessos – a repressão aos simpatizantes de Lutero na França. O regresso de Francisco I, em

⁸⁵ “compostas por um chamado Lutero”, “para grande prejuízo da salvação das almas, escândalo e injúria da nossa mãe a Igreja, e das quais pode resultar cisma para o povo cristão, e irreparável dano”, apud id., *ibid.*, p.81.

⁸⁶ “uma verdadeira máquina de guerra contra Lutero, que não se limita à sua tradução em uma ação repressiva na Lorena mesmo ou na Alsácia, mas cujas repercussões no reino da França são mediadas pela via da impressão de textos”, id., *ibid.*, pp.85-86.

⁸⁷ “o objetivo era em primeiro lugar lutar contra a penetração das teses luteranas”, id., *ibid.*, p.86.

⁸⁸ Lecler, *op.cit.*, p.408.

1526, ameniza a fúria das autoridades católicas do reino, mas confirma a intenção da Coroa de manter a unidade religiosa na França. Neste mesmo ano, o Parlamento proíbe, além da posse, da impressão, tradução e venda de livros de Lutero, os debates e conversas “*sur tous points de doctrine ou de discipline autrement que suivant la coutume de l’Église*”⁸⁹. O texto do decreto, transcrito por Mesnard, estabelece a “*défense en un mot d’agir sur l’opinion par discours, sermons, disputationes, conversations publiques ou privées, par livres imprimés ou manuscrits*”⁹⁰. Em 1528, os bispos franceses reunidos no concílio provincial de Paris fazem, na sessão de encerramento, a seguinte recomendação ao rei:

*La félicité et la gloire n’ont appartenu qu’aux princes qui, s’attachant inébranlablement à la foi catholique, ont poursuivi et exterminé les hérétiques comme ennemis capitaux de leur couronne*⁹¹.

O rei deixa o Parlamento e a faculdade de teologia agirem, sobretudo após as irrupções iconoclastas entre 1528 e 1530. Em dezembro de 1533, ele mesmo ordena a aplicação de duas bulas papais contra a heresia protestante. Em dois meses, cerca de trezentas pessoas são presas sob tal acusação⁹². Na mesma época, é com a aprovação do rei que sua irmã, Margarida de Navarra, empreende tentativas de conciliação entre a Coroa e os reformadores. Para Mesnard, este é um momento marcado por “violentas oscilações da política religiosa”⁹³ francesa. O que parece emanar das posições – às vezes opostas – mantidas por Francisco I é um esforço de consolidação da autoridade monárquica francesa, tanto dentro, quanto fora do reino: o concílio para a reunificação cristã da Europa representaria assim o “triunfo”⁹⁴ da França.

Margarida escreve ela mesma a Melanchton para propor um concílio universal que restaurasse a unidade religiosa. São então promovidos na França os primeiros encontros e colóquios com o objetivo de unir novamente católicos e protestantes em uma mesma igreja. Se o movimento de conciliação não é bem

⁸⁹ “sobre qualquer ponto de doutrina ou disciplina de outra forma que não segundo o costume da Igreja”, Mesnard, op.cit., p.272.

⁹⁰ “proibição, em uma palavra, de agir sobre a opinião por meio de discursos, sermões, discussões, conversar públicas ou privadas, por meio de livros impressos ou manuscritos”, apud id., ibid., p.272.

⁹¹ “A felicidade e a glória pertenceram apenas aos príncipes que, ligando-se inabalavelmente à fé católica, perseguiram e exterminaram os hereges como inimigos capitais das suas coroas”, apud Lecler, op.cit., p.409.

⁹² cf. Mesnard, op.cit., p.273.

⁹³ id., ibid., p.273.

⁹⁴ id., ibid., p.273.

sucedido, segundo Joseph Lecler, é porque este “*parti réformiste*” liderado pela rainha da Navarra, pelo cardeal Jean du Bellay e por seu irmão Guillaume du Bellay tinha contra ele, além de boa parte da Sorbonne e do Parlamento de Paris,

*la grande majorité des réformés français. Ceux-ci, remarque Imbart de la Tour, « ne veulent ni concessions, ni accords. Toutes les mesures conciliatrices de la couronne les trouvent contre elles »*⁹⁵.

À oposição acirrada que ambos os lados fizeram à possibilidade de acordo entre a doutrina católica romana e a reformada, somou-se ainda a ação de alguns “extremistas”⁹⁶ – ou, de toda forma, de um grupo que, para Crouzet, “*était hostile à toute tentative de rapprochement des Églises tel que le souhaitaient les réformistes et les luthériens modérés*”⁹⁷ –, que deu origem ao *affaire des placards*. Entre 17 e 18 de outubro de 1534, folhetos protestantes hostis à missa apareceram em Paris, Orléans, Amboise, Tours, Rouen e Blois, onde foi encontrado um exemplar preso na porta do quarto do rei⁹⁸. O folheto, com o título de *Articles véritables sur les horribles, grands et insupportables abus de la Messe papale, inventée directement contre la Sainte Cène de Nostre Seigneur, seul Médiateur et Sauveur Jésus Christ*, foi provavelmente escrito por Antoine Marcourt, pastor de Neuchâtel que, depois de ter sido discípulo de Lefèvre d’Étaples, havia passado ao luteranismo e mais tarde aderira às idéias mais radicais de Carlstadt e Zwingli, segundo Crouzet, “*une expérience niant toute possibilité désormais d’une voie médiane qui permettrait la mise au point d’un compromis avec Rome*”⁹⁹. A missa instituída por Roma, como indica o título, é o alvo do *placard*. Segundo seu autor, é chegado o tempo de destituí-la, e voltar às formas de reunião e prece da Igreja primitiva.

Je invoque le ciel et la terre, en témoignage de vérité, contre ceste pompeuse et orgueilleuse messe papale, par laquelle le monde (si Dieu bien tost n’y remédie) est et sera totalement ruiné, abysmé, perdu et desolé : quand en icelle Nostre

⁹⁵ “partido reformista tinha contra si os intransigentes da Sorbonne – apoiados sobre as massas populares – mas também a grande maioria dos reformados franceses. Estes, nota Imbart de la Tour, “não querem nem concessões, nem acordos. Todas as medidas conciliadoras da Coroa os encontram contra si” (Imbart de la Tour, *Les origines de la Réformes*, III, p.575)”, Lecler, op.cit., p.414.

⁹⁶ Mesnard, op.cit., p.273.

⁹⁷ “era hostil a qualquer tentativa de reaproximação das Igrejas tal como desejavam os reformistas e os luteranos moderados”, Crouzet, 1996, p.229.

⁹⁸ Janine Garrisson (Garrisson, 2002, p.153) e Denis Crouzet (Crouzet, 1996, p.224) afirmam que o quarto do rei em que foram afixados os folhetos era o do castelo de Blois, enquanto Joseph Lecler fala no de Amboise (Lecler, op.cit., p.402).

⁹⁹ “uma experiência negando qualquer possibilidade a partir de então de uma via mediana que permitiria a formulação de um compromisso com Roma”, Crouzet, 1996, p.226.

*Seigneur est si outrageusement blasohémé, et le peuple séduit et aveuglé : ce que plus on ne doit (...) endurer*¹⁰⁰.

Essa proposição, obviamente repudiada pelas lideranças católicas do reino, era também, pelo que indica Lecler, contrária à posição de moderação de alguns grandes protestantes. Mais interessante será perceber que a divergência de opiniões indica que existia, além do quadro mais geral de oposição entre católicos e protestante, divisões internas aos protestantes.

Esta dinâmica, que opõe católicos a católicos e protestantes entre si, será característica das guerras de religião na França. Como em todo grupo formado em torno a idéias, haverá representantes de posições mais, e menos, intransigentes. Em 1534, 15 anos após o início da divulgação das propostas de Lutero no reino, é ainda pouco nítida a divisão entre seus detratores e defensores. Há certamente uma nobreza católica que, ligada por tradição e parentesco à Igreja, renega as inovações luteranas. Mas há também uma parcela da população – formada sobretudo de nobres e pensadores que, nos anos anteriores, recebiam com interesse o humanismo cristão de Erasmo – que, convertida ou não, é favorável a alguma mudança dentro da Igreja. Existem os luteranos que abraçam sua nova religião com a certeza de terem uma missão de reforma a cumprir, e que não podem, portanto, pactuar nem construir acordo algum com a velha Igreja de Roma; e ao lado desses, aqueles que acreditam que é possível um diálogo entre as duas confissões. Mas entre essas posições as distinções são às vezes bastante tênues, e é difícil determinar as fronteiras entre elas. É possível, no entanto, afirmar que há católicos e protestantes na França e que, de maneira geral, eles se dividem por serem, respectivamente, desfavoráveis e favoráveis à reforma luterana, mas que, em alguns casos, o pertencimento religioso não foi determinante. Pode-se dizer portanto que foi tomando forma, desde então, a divisão da França em um grupo de católicos intransigentes, outro de protestantes intransigentes, e outro ainda de católicos e protestantes moderados. A sua relação com a Coroa é uma questão especialmente complexa, pois a proximidade entre ela e os partidos católicos e protestantes variou conforme o contexto e o governo variaram. Em 1534, a Coroa, se até então tinha discordado da violência

¹⁰⁰ “Eu invoco o céu e a terra, em testemunho de verdade, contra essa pomposa e orgulhosa missa papal, pela qual o mundo (se Deus não der remédio em breve) está e será totalmente arruinado, abismado, perdido e desolado, quando nela Nosso Senhor é tão ultrajantemente blasfemado, e o povo seduzido e cego, o que não devemos mais (...) suportar”, apud id., ibid., p.227.

empregada pelo Parlamento e pela faculdade de teologia de Paris, reagirá ao episódio dos *placards* assumindo uma atuação crescentemente repressora.

Diante do ataque à instituição religiosa da comunhão contido nos *placards*, a faculdade de teologia – dessa vez seguida pela Universidade – e o Parlamento de Paris lideram uma onda de procissões expiatórias, prisões e execuções na capital. Nas semanas seguintes, cerca de 200 pessoas são presas, e pelo menos três são queimadas vivas.

O clero e a nobreza católica lembram ao rei o juramento feito durante a sagração, o “*serment du royaume*”, em que o rei, a mão sobre os Evangelhos, jurava “à son peuple de lui procurer la paix, la justice et la miséricorde, mais aussi d’ « exterminer » les hérétiques, c’est-à-dire de les bannir hors du royaume”¹⁰¹. Como protetor da religião, exigem que ele aja contra a heresia protestante. O Parlamento estabelece, por decreto, a assimilação entre os crimes de heresia e de rebelião. Os luteranos não são apenas inimigos da Igreja, são inimigos do rei: “ils manifestent un refus d’obéissance à sa volonté d’unité religieuse et (...) ils rompent l’ordre absolu de la police d’un royaume qu’ils menacent en cette rupture même”¹⁰².

Os projetos de conciliação entre as Igrejas tornam-se inviáveis. Segundo Lecler,

*le résultat fut en effet catastrophique pour les plans des réformistes. L’indignation du roi et des catholiques fut telle qu’elle déclencha de nouveau contre le protestantisme une sanglante répression*¹⁰³.

Em dezembro, cerca de dois meses depois do episódio, Francisco I institui no Parlamento uma comissão especial encarregada de julgar casos de heresia, e uma subcomissão que deve se dedicar exclusivamente a inquirir sobre os oficiais da corte soberana – última instância da justiça francesa – suspeitos de heresia. A posição do rei quanto ao luteranismo e à repressão reveste-se de uma atuação contrária ao avanço da reforma proposta por Lutero que não repete, mas não impede, os métodos usados pelo Parlamento e pela Sorbonne.

¹⁰¹ “ao seu povo de lhe proporcionar a paz, a justiça e a misericórdia, mas também de “exterminar” os hereges, quer dizer, bani-los do reino”, Jouanna, op.cit., pp.31-32.

¹⁰² “eles manifestam uma recusa de obediência à sua vontade de unidade religiosa e (...) rompem a ordem absoluta do governo de um reino que eles ameaçam por essa ruptura mesma”, Crouzet, 1996, p.399.

¹⁰³ “o resultado foi, com efeito, catastrófico para os planos dos reformistas. A indignação do rei e dos católicos foi tal que desencadeou novamente contra o protestantismo uma repressão sangrenta”, Lecler, op.cit., pp.411-412.

Em 13 de janeiro do ano seguinte, é a vez de um panfleto protestante ser clandestinamente distribuído pelas ruas de Paris. Retomando pontos já apresentados no folheto de outubro de 1534, este novo impresso concentra-se em negar a transubstanciação. Durante a eucaristia, diz o autor anônimo, não há Presença Real, o pão não é o corpo de Cristo, é apenas um sinal da Sua presença espiritual: a transformação do vinho em sangue, e do pão em carne não deve ser considerada literalmente, mas apenas no sentido figurado¹⁰⁴. A reação de Francisco I a essas propostas é mais rápida e mais violenta. No mesmo dia 13 de janeiro, um édito real proíbe qualquer impressão de livros na França – apenas um tratado em defesa da eucaristia será publicado sob os auspícios da faculdade de teologia. Oito dias depois, o rei lidera uma procissão pelas ruas de Paris em honra do sacramento da eucaristia. À noite, reunido com o Parlamento, o clero, uma parte da nobreza e os embaixadores estrangeiros, Francisco I denuncia a heresia e afirma

*sa vocation à arracher du corps de son royaume jusqu'au dernier membre qui serait infecté par le mal. (...) Il encouragea chacun de ses sujets à protéger sa famille des idées nouvelles. Il engagea chacun d'entre eux à dénoncer les coupables de l'outrage fait au corps du Christ*¹⁰⁵.

Na mesma noite, seis supostos hereges são queimados, assim como um carregamento de livros apreendidos. Em 29 de janeiro, outro édito estabelece, para aqueles que esconderem hereges, a mesma punição, além de instituir uma recompensa aos delatores no valor de um quarto dos bens de cada denunciado. Nas semanas e meses seguintes, as fogueiras continuam sendo a punição para os acusados de heresia, e as prisões ficam cada vez mais cheias. Segundo Pierre Mesnard, “*on pend et on brûle (...) sans mesure, le pape lui-même doit ramener le roi dans le chemin de la modération*”¹⁰⁶. Em junho de 1535, Francisco I ordena ao Parlamento que abandone o rigor das suas punições, e, em 16 de julho, pelo édito de Coucy, suspende as prisões e permite o retorno dos franceses que haviam fugido por causa da perseguição religiosa, sob a condição de eles abjurarem solenemente o luteranismo no prazo máximo de seis meses. A repressão, se

¹⁰⁴ Cf. Crouzet, 1996, pp.232-233.

¹⁰⁵ “sua vocação para arrancar do corpo do seu reino até o último membro que estivesse infectado pelo mal. (...) Ele encorajou cada um dos seus súditos a proteger sua família das novas idéias. Incitou cada um deles a denunciar os culpados do ultraje ao corpo de Cristo”, id., ibid., p.234.

¹⁰⁶ “enforca-se e queima-se (...) sem medida, o papa ele mesmo é obrigado a reconduzir o rei ao caminho da moderação”, Mesnard, op.cit., p.106.

amenizada, permanece sendo a posição da Coroa em relação à Reforma, e em maio de 1536 a inquisição é fortalecida na França, com a nomeação do prior do convento dominicano de Paris como inquisidor-chefe responsável pela defesa da ortodoxia em todo o reino.

A repressão à Reforma na década de 1530 parece ter sido um dos fatores que levaram João Calvino a publicar a sua *Christianae religionis Institutio*, marco fundamental da Reforma francesa. Antes de Calvino, as inovações em matéria de religião que vinham do Império – centralizadas na reforma da Igreja, dos sacramentos, na primazia da fé e na redescoberta da Bíblia propostas por Lutero – eram comumente amalgamadas ao humanismo cristão erasmiano e aos evangelismos posteriores. Não havia ortodoxia dentro da heterodoxia protestante francesa. Para Joseph Lecler,

*à cette date néanmoins, la Réforme, malgré ses succès, risquait fort de ne pouvoir s'implanter en France. Sans chefs bien marquants, elle n'était, dans l'opinion publique, qu'une importation germanique. Elle avait bien des chances d'être éliminée, tôt ou tard, comme un corps étranger*¹⁰⁷.

Calvino será o principal responsável pela organização de uma Reforma francesa, distante em vários aspectos da teologia luterana. Começada em 1534 e publicada em 1536 em latim e em 1541 em francês, a *Instituição da Religião Cristã* deveria ser um livro “*par lequel ceux qui seraient touchés d'aucune bonne affection de Dieu, fussent instruits à vraie piété*”¹⁰⁸. Segundo Pierre Mesnard, a violenta repressão iniciada em 1534-1535 na França teria gerado, em Calvino, a necessidade de ele afirmar a sua própria fé: “*il s'agira désormais d'une apologie complète, d'une confession publique, à la face du roi et de l'opinion européenne, des sentiments qui mènent au bûcher*”¹⁰⁹.

Esses sentimentos são os da vida que se coloca sob total aceitação da Lei de Deus. Mas não daquela instituída pela Igreja. A Lei de Deus também Cristo não a criou, para Calvino “*tant seulement il la restituait en son entier*”¹¹⁰. Trata-se do Decálogo, os Dez Mandamentos que se tornaram os fundamentos da vida cristã.

¹⁰⁷ “nessa data contudo, a Reforma, apesar dos seus sucessos, arriscava-se seriamente a não poder implantar-se na França. Sem chefes realmente marcantes, ela era apenas, para a opinião pública, uma importação germânica. Ela tinha efetivas chances de ser eliminada, cedo ou tarde, como um corpo estranho”, Lecler, op.cit., pp.402-403.

¹⁰⁸ “pelo qual aqueles que fossem tocados por alguma boa vontade de Deus, fossem instruídos a verdadeira piedade”, apud Mesnard, op.cit., p.275.

¹⁰⁹ “tratar-se-á, daí em diante, de uma apologia completa, de uma confissão pública, frente ao rei e da opinião européia, dos sentimentos que levam à fogueira”, Mesnard, op.cit., p.275.

¹¹⁰ “ele apenas a restituiu na sua inteireza”, apud id., ibid., p.280.

Como Lutero, Calvino acredita que a verdadeira doutrina cristã está na Bíblia, e não na Igreja, e que o fiel deve segui-la em cada passo da sua vida, preferindo à mediação proposta pelo clero católico o caminho direto pela leitura dos Evangelhos. Lutero havia recuperado de São Paulo a idéia da origem divina da autoridade secular a defesa, interpretando literalmente as suas palavras: “là où se trouve une autorité elle est instituée de Dieu”¹¹¹. Para o reformador alemão, não havia autoridade que não fosse legítima, independentemente de o príncipe ser um bom governante ou um tirano, e seu objetivo, devido ao fato de ela ser instaurada por Deus, era perpetuar o amor do próximo. Temente a Deus, o cristão era obrigado então a servir e a se submeter a essa autoridade, única capaz de guiá-lo no caminho querido por Deus:

*Le chrétien doit vouloir l'État et par conséquent lui obéir avec générosité, parce que l'État est le milieu normal où s'exerce la charité chrétienne. D'abord c'est à lui qui se rapportent les services mutuels des citoyens (...). Ensuite et surtout, c'est en obéissant à ses lois que le chrétien obéit au grand précepte de l'amour. Il restera donc, tout en se conformant au code séculier, conforme à l'esprit qui l'anime. Qu'il collabore donc à l'existence de l'État, comme à toute autre oeuvre de l'amour*¹¹².

Calvino considera sob uma perspectiva semelhante à de Lutero a autoridade secular. Na *Instituição da Religião Cristã*, a mensagem mais contundente é a da obediência devida à autoridade secular. É ela que implementa e controla a ordem querida por Deus para o mundo. A sua autoridade tem portanto uma missão divina, e é, ela mesma, instituída pela Providência. A sua missão é, por outro lado, o seu limite:

*elle n'est autorité que dans la mesure même où elle remplit son rôle qui est d'organiser la société, d'y faciliter l'ascension vers le Père et la pratique de ses enseignements. Non seulement tout pouvoir vient de Dieu, mais il n'y a pas de pouvoir que pour conduire les hommes selon Dieu*¹¹³.

¹¹¹ “aí onde houve uma autoridade ela é instituída por Deus”, apud id., ibid., p.185.

¹¹² “O cristão deve querer o Estado e, conseqüentemente, obedecer a ele com generosidade, porque o Estado é o meio normal onde é exercida a caridade cristã. Em primeiro lugar é a ele que se reportam os serviços mútuos dos cidadãos (...). Em seguida e sobretudo, é obedecendo às suas leis que o cristão obedece ao grande preceito do amor. Ele permanecerá portanto, ao mesmo tempo que se conformando ao código secular, conforme ao espírito que o anima. Que ele colabore então para a existência do Estado, como a qualquer outra obra do amor”, id., ibid., p.207.

¹¹³ “ela só é autoridade na medida mesma em que ela exerce seu papel, que é de organizar a sociedade, de facilitar nela a ascensão para o Pai e a prática dos seus ensinamentos. Não apenas todo poder vem de Deus, mas só há poder para conduzir homens segundo Deus”, Mesnard, op.cit., p.281, grifos no texto.

Instituída por Deus, e portanto parte da Lei de Deus, a autoridade secular não pode ser questionada pelo súdito-fiel, nem em caso de divergência menor, nem em caso de tirania. Segundo Simone Goyard-Fabre, Calvino considera a autoridade secular da seguinte forma: “*Puisqu’il n’y a d’autorité que par Dieu, le Pouvoir dans l’Etat est nécessairement investi d’une mission divine : le chrétien, qui doit servir Dieu, lui doit donc obéissance*”¹¹⁴.

Nas décadas seguintes, uma parte dos protestantes franceses, insatisfeitos com a conduta da Coroa em relação à permissão ou à repressão do culto protestante, discordará desse aspecto da doutrina calvinista e pregará o dever de revolta. Em outros momentos, alguns protestantes usarão esse mesmo argumento como fundamento para a tomada de armas. Até 1564, data da sua morte, Calvino no entanto permanecerá inflexível quanto a esse ponto. Desde a *Instituição*, a autoridade do rei, abençoado por Deus, é intransponível, e nenhum movimento de contestação, direto ou indireto, pacífico ou violento, pode ser feito com relação a ela.

Se o bom rei é amor, ele inspira o amor dos seus súditos pois, na hierarquia criada por Calvino, ele é o representante maior do amor de Deus entre os homens. E por outro lado o mau rei, o tirano, é ira, a ira de Deus : “*un mauvais Roy est une ire de Dieu sur la terre*”¹¹⁵, diz a *Instituição da Religião Cristã*. A constituição da autoridade secular, e a sua função, é portanto semelhante em Lutero e Calvino. A diferença marcante entre os dois reformadores, neste ponto, é a definição de quem tem a primazia da defesa da obra de Deus. Para Lutero, é a autoridade secular a responsável pela manutenção da religião: a espada secular trabalha para produzir o amor do próximo, “*tout ce qui sera nécessaire à la puissance pour appliquer son glaive sera aussi au service de Dieu*”¹¹⁶. Para Calvino, é a religião que determina como age a autoridade secular, é ela que rege as decisões do Estado, da guerra aos hábitos sociais. Em Genebra, experiência de aplicação da doutrina calvinista, é o

¹¹⁴ “Dado que só há autoridade através de Deus, o Poder no Estado está necessariamente investido de uma missão divina: o cristão, que deve servir a Deus, deve a ele obediência portanto”, Goyard-Fabre, op.cit., pp.107-108.

¹¹⁵ “um mal Rei é uma ira de Deus sobre a terra”, apud Mesnard, op.cit., p.293, nota 1.

¹¹⁶ “tudo o que for necessário ao poder para aplicar sua espada, o será também a serviço de Deus”, apud id., ibid., p.209.

próprio Calvino, no Consistório, que controla “*la pureté de cet ordre en subordonnant le pouvoir temporel aux normes posées par la Bible*”¹¹⁷.

O prefácio da versão latina da *Instituição da Religião Cristã* (depois retomado na tradução francesa) é dedicado a Francisco I, segundo Crouzet e Mesnard como forma de responder à manobra do rei, que vinha justificando a repressão do protestantismo na França aos príncipes luteranos alemães como ação legítima do governo contra rebeldes e sediciosos. Mas não há no prefácio tom de repreensão; trata-se, antes, de uma espécie de instrução na qual um fiel súdito, que considera que o rei não é o responsável pelo mal que fazem em seu nome, precisa informar e aconselhar seu príncipe. É como se Calvino respeitasse inteiramente a autoridade do rei nos assuntos do governo secular, mas em matéria de religião, é ele, Calvino, quem tem a autoridade do verdadeiro conhecimento para transmitir ao rei. Para Mesnard, o prefácio mostra ao mesmo tempo “*déférence et juste soumission envers le prince légitime, mais dignité et indépendance absolue dans le domaine religieux*”¹¹⁸. Quanto à acusação de sedição, Calvino retoma a Bíblia e compara os reformadores a Jesus e aos apóstolos: “*Christ était estimé séditieux des juifs. On accusait les Apôtres comme s'ils eussent émus le populaire à sédition*”¹¹⁹. Seus predecessores, como os reformadores do século XVI, haviam, em um primeiro momento, sido relegados à ordem dos rebeldes contra o governo estabelecido, quando a sua missão era restaurar a ordem de Deus e santificar o seu nome¹²⁰. Ele mesmo considerado um instigador de sedição, Calvino havia deixado a França em 1534, depois do *affaire des placards*, e se refugiado na Basileia, onde começou a trabalhar na composição da *Instituição*.

A importância rapidamente conquistada por Calvino não significou, no entanto, mudança no curso da política de repressão do protestantismo – a paulatina consolidação de uma reforma religiosa francesa pode ter gerado – se não no rei, em parte do clero e da nobreza católica francesa – a certeza da necessidade de uma atuação mais veemente contra as inovações em matéria de religião. Em 1538 e 1539 novos éditos reais concretizam, segundo Denis Crouzet, “*une volonté*

¹¹⁷ “a pureza dessa origem subordinando o poder temporal às normas dadas pela Bíblia”, Mesnard, op.cit., p.664.

¹¹⁸ “deferência e justa submissão em relação ao príncipe legítimo, mas dignidade e independência absoluta no domínio religioso”, id., ibid., p.277.

¹¹⁹ “Cristo era tido por sedicioso pelos judeus. Os Apóstolos eram acusados como se tivessem inspirado o povo à sedição”, apud id., ibid., p.278.

¹²⁰ cf. id., ibid., p.279.

monarchique d'assumer un système de répression de l'hétérodoxie"¹²¹. O édito de 24 de junho de 1539, três anos depois da publicação da primeira versão da *Instituição*, proíbe o protestantismo na França, com o objetivo de purgar o reino "*des fausses et diaboliques erreurs*"¹²² de Lutero. É a primeira vez que a nova confissão é declarada fora da lei pelo rei. Considerado como uma heresia, o protestantismo torna-se uma rebelião contra a vontade do rei – a defesa da religião jurada no momento da sacração – e merece portanto o mesmo tratamento dispensado a qualquer caso de sedição. Como rebelde contra o rei, o protestante deve ser julgado não pelos tribunais episcopais, mas por cortes seculares. Em 1540, o édito de Fontainebleau estabelece a assimilação entre heresia e rebelião, demandada pelo Parlamento de Paris desde 1534, e especifica que os casos de heresia serão julgados pelas cortes soberanas. Em 1542, começam a ser distribuídas as listas de livros proibidos pela faculdade de teologia de Paris, com a aprovação do rei, e é renovada a interdição de se possuírem exemplares de obras de Lutero e de seus seguidores e, pela primeira vez, de obras de Calvino, além de quaisquer escritos que contrariassem os dogmas católicos. Em março de 1543, 63 títulos são repertoriados pela Sorbonne, entre os quais livros de Lutero, Calvino e Melancton. No ano seguinte, esses e mais 41 títulos integram o "*Catalogue des livres censurés*"¹²³ impresso pela faculdade.

No mesmo mês de março de 1543, a Sorbonne, a pedido do rei, publica 25 artigos em que estabelece "*ce qui est à croire et à prêcher des points qui sont aujourd'hui tombés en controverse en ce qui concerne notre sainte foi et religion*"¹²⁴. O texto define, ao mesmo tempo, o que é a ortodoxia e o que é heresia – tudo o que, em matéria de religião, está fora das normas expostas nele. São reafirmados os sacramentos outrora atacados por Lutero e Calvino; as boas obras são reconduzidas como via de salvação, ao lado da fé; a transubstanciação e os santos são extensamente defendidos; a Igreja é una, universal, infalível, todo cristão lhe deve obediência, e apenas ela pode interpretar as Escrituras¹²⁵. Como resposta a essas precisões, que são ataques à reforma protestante, Calvino publica

¹²¹ "uma vontade monárquica de assumir um sistema de repressão da heterodoxia", Crouzet, 1996, p.399.

¹²² "dos falsos e diabólicos erros", Lecler, op.cit., p.416.

¹²³ Crouzet, 1996, p.402.

¹²⁴ "aquilo que é para crer e pregar entre os pontos que caíram hoje em controvérsia no que se refere à nossa santa fé e religião", apud id., ibid., p.404.

¹²⁵ cf. id., ibid., pp.404-405.

um *Petit traité montrant que c'est que doit faire un homme fidèle connaissant la vérité de l'Évangile quand il est entre les papistes*. A mesma vontade de afirmar a nova fé, já expressa na *Instituição da Religião Cristã*, reaparece neste opúsculo. Nele, Calvino diz que Deus pede uma dupla homenagem, “*le service spirituel du coeur et l'adoration extérieure*”¹²⁶, o que significa que a fé não pode ser escondida nem corrompida, e entende-se que isso quer dizer: se for exigido do fiel que esconda sua fé para não ser condenado por causa dela, ele não deve ceder. “*Tout doit être sacrifié à Dieu*”¹²⁷, diz Crouzet. Se ainda é difícil estabelecer as fronteiras entre luteranos e calvinistas, o envolvimento de Calvino no debate francês e suas freqüentes publicações que, mesmo originárias de Genebra (Calvino se instala definitivamente nesta cidade em 1541) e mesmo com as repetidas proibições impostas à produção e circulação de livros sobre religião, chegam à França, fazem dele progressivamente a autoridade maior da igreja reformada francesa. Para Crouzet, até a morte de Francisco I, em 31 de março de 1547, o cenário de repressão permanece o mesmo. Mas a crescente presença das obras e idéias de Calvino entre os protestantes franceses, e o fato de que, apesar das perseguições, prisões, condenações e execuções de supostos hereges, seu número continua aumentando, revelam o relativo fracasso da política de repressão: a reforma não é eliminada do reino. Os primeiros anos do reinado de Henrique II manterão a mesma dinâmica, e será uma linha um pouco mais enérgica que tomará a repressão ao protestantismo sob o seu governo.

Em outubro de 1547, o novo rei, Henrique II, constitui uma nova instância para o julgamento dos crimes de heresia. É a origem da *Chambre ardente*, que dará, entre 1547 e janeiro de 1550, uma média de 25 veredictos por mês, totalizando cerca de 500 sentenças contra supostos hereges¹²⁸. No decreto de criação do tribunal, Henrique II declara que

*Avons, en notre cour de Parlement de Paris, créé et établie (...) de notre certaine science, plaine puissance et autorité royale, (...) une nouvelle Chambre, pour en icelle, voir, juger et définir les procès infinis et qui se feront ci-après contre lesdits hérétiques. (...) Voulons, en outre et nous plaît, que en la dite Chambre seulement et non ailleurs soient vus et jugés tous et chacun les procès d'hérésie et erreurs contre notre saint foi catholique et que la dite Chambre soit continuée tant et si longuement que les dits erreurs dureront en notre dis royaume*¹²⁹.

¹²⁶ “o serviço espiritual do coração e a adoração exterior”, apud id., *ibid.*, p.406.

¹²⁷ “Tudo deve ser sacrificado a Deus”, id., *ibid.*, p.406.

¹²⁸ cf. Lecler, *op.cit.*, p.419 e Crouzet, 1996, p.413.

¹²⁹ “Criamos e estabelecemos, na nossa corte de Parlamento de Paris (...), segundo nosso conhecimento seguro, pleno poder e autoridade real, (...) uma nova Câmara, para nela ver, julgar e

Com semelhante determinação, em 4 de julho de 1549 é organizada uma procissão pelas ruas e igrejas de Paris, da qual participam o rei, a rainha, Catarina de Médici, os grandes personagens da cidade, do clero e da nobreza, os doutores da Universidade e membros das cortes de justiça. É dirigindo-se a esses grupos que Henrique II, no discurso feito à noite, ainda durante a procissão, renova seu desejo e a necessidade de todo o reino se empenhar na “*déstruction des hérétiques « luthériens »*”¹³⁰. Quatro, ou mesmo sete, condenados por heresia são queimados na presença do cortejo, nas paradas feitas em frente à catedral de Notre-Dame, no cemitério de Saint-Jean-en-Grève, na igreja de Sainte-Catherine du Val-des-écoliers e na praça Maubert¹³¹.

Apesar de, em novembro de 1549, um novo édito revogar o de Fontainebleau, devolvendo à Igreja a autoridade para julgar os casos de heresia, o extenso édito de Chateaubriant, de junho de 1551, reitera o papel do rei, e das cortes de justiça seculares, na defesa da fé católica. Além das novas regulamentações para os julgamentos e punições dos casos de heresia, o édito contém uma série de artigos sobre os livros impressos. Ficam proibidas importações daqueles produzidos em “*lieux séparés de l’union de l’Église*”¹³², e especialmente em Genebra. São reiteradas as determinações anteriores que obrigavam à impressão do nome do autor, do nome e da marca do impressor em todos as publicações, e às visitas bianuais de representantes da faculdade de teologia aos livreiros; e também as que proibiam a impressão de qualquer obra incluída do catálogo da faculdade, e a impressão e a venda de traduções da bíblia ou de obras da patrística não aprovadas previamente pela Sorbonne. Como consequência desses artigos, inúmeros livreiros e impressores trocaram a França por Genebra. Entre 1540 e 1549, haviam sido repertoriadas na França 196 publicações relacionadas às novas idéias confessionais¹³³. Genebra, por outro lado,

decidir os processos infinitos e que se farão daqui para frente contra os ditos heréticos. (...) Queremos, além disso, e nos agrada que na dita Câmara apenas e não em outro lugar sejam vistos e vulgados todos e cada um dos processos de heresia e erros contra nossa santa fé católica, e que a dita Câmara permaneça funcionando tão longamente quanto os ditos erros durarão em nosso dito reino”, apud id., *ibid.*, p.412-413

¹³⁰ “destruição dos hereges “luteranos””, id., *ibid.*, p.417.

¹³¹ id., *ibid.*, p.417.

¹³² “lugares separados da união da Igreja”, id., *ibid.*, p.420.

¹³³ id., *ibid.*, p.348.

tinha apenas, segundo Francis Higman, um impressor ativo entre 1545 e 1550¹³⁴. Depois do édito de Chateaubriant, entre os anos de 1551 e 1559, instalaram-se nela 72 livreiros e 62 impressores. O crescimento da atividade foi tamanho que os produtores de papel da região não eram suficientes para suprir a demanda, e foi preciso importar papel. Conforme reporta Crouzet, se em 1544 foram publicados 17 títulos e, em 1551, 22, dez anos depois, em 1561, serão 48 títulos impressos, cada um com tiragem média de mil exemplares¹³⁵.

Em um outro eixo de ação, o édito de 1551 instituiu um sistema para controlar a ortodoxia das autoridades judiciárias, dos membros dos parlamentos, da nobreza e do clero: a cada três meses, eles deveriam proceder internamente a verificações que comprovariam a sua permanência na doutrina católica, e os casos de suspeita de heresia deveriam ser encaminhados às cortes para julgamento. Além disso, o édito de Chateaubriant também determinava que não deveriam ser recebidos novos integrantes em cargos e ofícios de justiça e magistratura municipal sem que antes se confirmasse o seu pertencimento à religião católica. Artigos como esses eram uma tentativa de impedir que os corpos responsáveis jurídica, legislativa, religiosa e administrativamente pelo reino fossem conquistados pela Reforma, o que significa, por outro lado, que já se tinha conhecimento de diversas conversões entre os membros das mais altas hierarquias francesas. Segundo Denis Crouzet, “*tout officier qui sera suspecté d’hérésie encourt un châtement exemplaire*”¹³⁶. Em uma das reuniões que periodicamente deveriam confirmar a ortodoxia do Parlamento, em junho de 1559, o conselheiro Anne du Bourg será preso, assim como seis dos seus colegas, por defender a reforma da Igreja católica e condenar as torturas impostas aos acusados de heresia, e em dezembro será executado, ele, por heresia.

Seguem-se outros decretos e decisões reais que manterão o propósito de impedir a consolidação e o crescimento da Reforma protestante na França por meio de uma “repressão enérgica”¹³⁷. No início do ano de 1557, Henrique II pede ao papa que reforce a inquisição na França, e o pontífice nomeia em abril os três cardeais que fazem parte do conselho real – de Bourbon, Lorena e Châtillon – como grandes inquisidores. No mesmo ano, em julho, o édito de Compiègne

¹³⁴ apud id., *ibid.*, p.348.

¹³⁵ id., *ibid.*, pp.348-349.

¹³⁶ “todo oficial que for suspeito de heresia incorre em um castigo exemplar”, id., *ibid.*, p.470.

¹³⁷ Jouanna, *op.cit.*, p.51.

decreta a pena de morte para todos os envolvidos com a nova religião, desde pessoas que tivessem participado de reuniões e cultos, às que houvessem feito viagens a Genebra ou possuísssem livros proibidos.

A reiteração das proibições e das perseguições demonstrava, além da vontade da Coroa de manter a unidade religiosa do reino, a ineficácia da sua ação. Os anos seguintes a 1557 revelarão a amplitude tomada pela Reforma na França, e a decisão, por parte da alta nobreza do reino, convertida, de deixar a clandestinidade em que os cultos eram habitualmente mantidos. O dia 4 de setembro de 1557 é um exemplo da nova atitude adotada pelos calvinistas franceses. Nesta noite, foi descoberta em Paris, em uma casa da rua Saint-Jacques, uma reunião de protestantes para a celebração da eucaristia. É a primeira vez que um culto com a participação de um número tão grande de calvinistas é reportado: são entre 300 e 400 participantes, com uma presença significativa de membros da alta aristocracia. Denunciada por vizinhos, a reunião é interrompida pela guarda da capital, que consegue prender 130 dos presentes, entre os quais cerca de 30 membros da nobreza francesa, alguns deles senhoras da grande nobreza. Segundo Arlette Jouanna, “*beaucoup de Parisiens découvrent avec effarement le nombre et la qualité de ceux qu’on appelle encore « luthériens » ou « mal sentants de la foi »*”¹³⁸.

No ano seguinte, a saída da clandestinidade é patente: entre três e sete mil protestantes reúnem-se no campo do *Pré-aux-clercs*, nos muros da capital, no dia 13 de maio de 1558. Até o dia 19, as procissões em que se cantam os salmos repetem-se, sempre com a mesma audiência expressiva¹³⁹ – que inclui o primeiro príncipe de sangue, Antoine de Bourbon –, e à noite, quando os participantes entram de volta na cidade, eles carregam tochas e entoam seus hinos até as portas de suas casas.

Ainda em 1558, outro exemplo, talvez ainda mais significativo, porque revelador das tensões dentro da nobreza e próximas ao rei: o coronel-geral da infantaria francesa, François d’Andelot, havia se convertido em 1556, e, em 1558, assumiu publicamente sua ligação com o calvinismo. A posição de Andelot era um tanto delicada porque seu irmão, o cardeal de Châtillon, era um dos grandes

¹³⁸ “muitos parisienses descobrem com espanto o número e a qualidade dos que ainda eram chamados de “luteranos” ou “desviantes da fé””, id., *ibid.*, p.41.

¹³⁹ id., *ibid.*, p.41 e Crouzet, 1996, pp.461-463.

inquisidores da França nomeados no início de 1557 pelo papa. Em viagem à Bretanha, o coronel-geral levou consigo um pastor parisiense que fez diversas celebrações, entre elas a da Páscoa, todas de portas abertas e sem intenção de os participantes manterem-se em segredo. De volta a Paris, chamado pelo rei, Andelot é preso, e seu cargo é transferido a Blaise de Monluc, célebre defensor do catolicismo. Com a prisão de Andelot, e a nomeação de Monluc, é uma parcela intransigente da nobreza católica, liderada pela família de Guise, que começa a tornar-se hegemônica em torno ao rei. Protegidos pela duquesa de Poitiers, amante de Henrique II, o cardeal de Lorena e seu irmão, o duque de Guise, lugar-tenente geral do reino a partir de 1558, cercam-se progressivamente de uma clientela católica descontente com a presença dos protestantes na França.

Em 1559, em Paris, os calvinistas franceses fazem seu primeiro sínodo nacional. A estrutura da nova igreja calvinista, que estava sendo organizada e experimentada pelos líderes da Reforma na França, baseava-se em um sistema piramidal de assembléias. Na base estavam as igrejas locais; acima delas, os sínodos provinciais, que reuniam as igrejas de cada província duas vezes por ano. No topo da pirâmide estava o sínodo nacional, composto de representantes de todo o reino, que deveria ser convocado apenas havendo necessidade especial. O primeiro sínodo nacional, de onde saem uma confissão de fé de 40 artigos e uma Disciplina de inspiração genebrina, acontece na capital, entre 26 e 29 de maio de 1559, reunindo uma maioria de grandes senhores convertidos que estariam, segundo Denis Crouzet,

*soucieux de disposer d'une déclaration de foi française qu'ils pourraient présenter au roi, afin de justifier leur conversion et, également, de pouvoir installer sur leurs terres un culte de fief*¹⁴⁰.

As demonstrações públicas que indicam a organização dos convertidos em uma nova igreja e seu desejo de institucionalizarem-se provocam na Coroa um movimento de concentração das suas forças para lidar com a Reforma. A assinatura do tratado de Cateau-Cambrésis, terminando a guerra italiana contra a Espanha, em 2 e 3 de abril de 1559, extinguiu a guerra contra os inimigos externos da França e permitia que a Coroa francesa se concentrasse nos seus inimigos internos, os protestantes. Com o tratado, *“le but de la politique royale est (...)*

¹⁴⁰ “preocupados em dispor de uma declaração de fé francesa que eles pudessem apresentar ao rei, a fim de justificar sua conversão e, igualmente, de poder instalar nas suas terras um culto de feudo”, id., ibid., p.464.

d'ouvrir un front unique face à la dissidence religieuse”¹⁴¹. O édito de Écouen, anunciado em 2 de junho do mesmo ano, isto é, uma semana após o início do sínodo nacional das igrejas protestantes francesas, determina as duas opções aos convertidos que não abjurarem o protestantismo: a morte ou o exílio. No mesmo mês de junho a prisão, e mais tarde a condenação, de Anne du Bourg parece confirmar o novo empenho da Coroa contra o protestantismo. “*Tout laisse à penser que le roi de France Henri II (...) va se consacrer à éliminer les protestants*”¹⁴², diz Jouanna.

Mas no mês seguinte, em 10 de julho de 1559, Henrique II morre acidentalmente, em consequência de um ferimento recebido no olho durante um torneio, dez dias antes. Francisco II, seu filho mais velho, assume o trono aos 15 anos de idade. Os dezoito meses desse curto reinado, entre julho de 1559 e dezembro de 1560, mantiveram a posição de Henrique II quanto ao protestantismo, mas o novo rei teve que lidar com os descontentamentos que se fortaleciam gradualmente desde a década de 1550, e que se desenvolveram em reações armadas.

Mas não imediatamente contra a Coroa. Em 1560, a situação na França não era a mesma de 30 nem de 10 anos antes. A Coroa, que em 1551 alinhara-se com a Igreja e com a nobreza católica francesa para se opor ao protestantismo, em 1560 aproxima-se de uma facção específica da nobreza, dominada pela família de Guise. Casado com Mary Stuart, sobrinha do cardeal de Lorena e do duque de Guise, o rei, que segundo Arlette Jouanna, “*ne se sent pas capable encore de gouverner*”¹⁴³, deixa a Lorena e Guise as responsabilidades financeiras e militares, respectivamente. Logo depois de coroado, Francisco II retira do duque de Montmorency, que havia sido o favorito de seu pai, o cargo de *Grand maître* e o oferece ao duque de Guise. Reunindo uma considerável clientela e favores reais que faziam deles personagens mais importantes do que membros da velha nobreza de sangue francesa, os Guise tornavam-se os governantes efetivos do reino.

Originária da Lorena, a família de Guise tornou-se francesa por iniciativa do duque René II de Lorena, que adquiriu documentos de naturalização para seu filho

¹⁴¹ “o objetivo da política real é (...) de abrir uma frente única face à dissidência religiosa”, id., *ibid.*, p.463.

¹⁴² “Tudo leva a crer que o rei da França Henrique II (...) vai se dedicar a eliminar os protestantes”, Jouanna, *op.cit.*, p.7.

¹⁴³ “não se sente capaz ainda para governar”, id., *ibid.*, p.52.

Claude de Lorena em 1506¹⁴⁴. Os sucessos militares dos duques de Guise no exército francês levaram-nos, já em meados do século, a serem uma das famílias mais importantes do reino. No final da década de 1550 e no início da seguinte, a coroação de Francisco II e a elevação dos Guise aos altos cargos da administração real fomentam, entre a nobreza preterida pelo novo rei, descontentamentos em relação ao governo do duque e do cardeal. Contra os Guise, somam-se duas espécies de críticas em especial: à sua naturalização recente e à política econômica do cardeal. Quanto à presença da família na França – de pouco mais de meio século –, seus opositores passam a usar repetidamente contra os Guise o argumento de que uma família estrangeira não poderia governar o reino – idéia já nessa época comum nos tratados políticos. A mesma temática aparecerá contra Catarina de Médici e os membros italianos do Conselho real de Carlos IX e Henrique III, e, durante toda a segunda metade do século XVI, a presença de estrangeiros interferindo nos assuntos do reino transformar-se-á em um dos argumentos preferidos dos protestantes, e depois dos *politiques*, contra os Guise.

Responsável pelas finanças do reino, e logo pela administração de uma dívida pública enorme¹⁴⁵, o cardeal de Lorena foi obrigado a impor medidas econômicas pouco populares, como a revogação das alienações do domínio real, a diminuição dos juros sobre as dívidas do Estado, e o não pagamento de pensões e do soldo dos soldados licenciados recentemente pelo fim da guerra com a Espanha. Mas os sacrifícios exigidos pelas finanças eram repartidos de maneira desigual: os Guise despossuíam os Montmorency, e outros membros da nobreza de sangue, e licenciavam soldados ao mesmo tempo em que favoreciam os seus próprios clientes.

Contra a repressão da Coroa à nova religião vinha-se formando, desde o início da década de 1550, um grupo de protestantes dentro da nobreza francesa e agora, contra a influência dos Guise, reuniam-se insatisfações entre os nobres católicos. De acordo J.H. Mariéjol, os descontentamentos com o favorecimento dos Guise deram aos protestantes novos aliados contra o governo: novos convertidos, ou católicos companheiros com um objetivo pontual em comum somavam-se aos calvinistas como a um partido de oposição. A Reforma na França

¹⁴⁴ Jouanna et al, op.cit., pp.955-956.

¹⁴⁵ Em 1560 a dívida chegava a 43 milhões e meio de libras, sendo a receita anual francesa de cerca de 12 milhões de libras (cf. Jouanna, op.cit., p.24).

teria assim deixado de ser uma decisão meramente religiosa e passado a ser parte de uma tomada de posição entre clãs adversários. Segundo Mariéjol,

*Le gouvernement des Guise, le souvenir de leur origine étrangère, leurs mesures financières, la disgrâce où ils tenaient les princes du sang et les grands officiers de la couronne lui amenaient un nombre prodigieux de recrues. Qu'elle le voulût ou non, elle servait de ralliement à tous les mécontents. Elle cessait d'être uniquement une Église, elle devenait un parti*¹⁴⁶.

Partido contra o governo, e não contra a Coroa. O grupo formado pelos primeiros protestantes e esses novos convertidos aproximava-se aos poucos de um conjunto de católicos centrado na oposição ao duque de Guise e ao cardeal de Lorena. Jouanna e Crouzet indicam que o que os unia não era uma posição comum frente à questão religiosa, e sim a inimizade que ambos os grupos nutriam pelos Guise. O favorecimento de uma família considerada estrangeira, e as decisões partidárias que esta tomara uma vez no poder constituíam-se, para os protestantes franceses como para os católicos, em uma afronta às leis do reino. De acordo com Arlette Jouanna, a preeminência dos Guise deu aos calvinistas uma “causa política” que lhes permitiu sair do dilema em que se encontravam: “comment résister à la persécution sans que les fidèles soient accusés d'être de dangereux agitateurs?”¹⁴⁷. Com títulos de nobiliarquia inferiores aos dos seus oponentes preteridos depois da morte de Henrique II e de naturalização recente, portanto ainda considerados estrangeiros, os Guise contrariavam a hierarquia e as instituições tradicionais da monarquia francesa, e o seu governo passou a ser considerado uma usurpação ilegal da autoridade da Coroa. Jouanna reporta a opinião de Margarida de Parma, regente dos Países Baixos espanhóis, a respeito das razões da reunião de católicos e protestantes contra o duque e o cardeal:

*Il n'est question de la religion seulement, mais plus du mécontentement universel que tous états de France ont du gouvernement de messieurs de Guise (...) ils sont tenus par tous comme étrangers, et se ressentent tous ceux du sang et les grands qu'ils aient empris le gouvernement si absolu sans adjonction quelconque de nul autre*¹⁴⁸.

¹⁴⁶ “O governo dos Guise, a lembrança da origem estrangeiras destes, suas medidas financeiras, a desgraça em que eles mantinham os príncipes de sangue e os grandes oficiais da Coroa levavam a ela um número prodigioso de recrutas. Quisesse ela ou não, ela servia de ligação a todos os descontentes. Ela deixava de ser unicamente uma Igreja, ela se tornava um partido”, Mariéjol, 1983, p.23.

¹⁴⁷ “como resistir à perseguição sem que os fiéis sejam acusados de serem agitadores perigosos?”, Jouanna, op.cit., p.56.

¹⁴⁸ “Não é questão apenas da religião, porém mais do descontentamento universal que todos os estados da França sentem em relação ao governo dos senhores de Guise (...) eles são tidos por todos como estrangeiros, e se ressentem todos os de sangue e os grandes que eles tenham tomado o governo tão absolutamente sem adição alguma de mais ninguém”, apud id., ibid., p.56.

O objetivo dos opositores dos Guise seria, assim, salvar a Coroa da sua dominação. Em março de 1560, um grupo de protestantes realizou uma tentativa de libertação do rei. A Conjuração de Amboise justificou-se como uma decisão pela defesa do rei e do reino, contra a tirania de uma facção cujos crimes haviam sido investigados, e que deveria ser propriamente julgada:

*il se trouva par le témoignage de gens notables et qualifiés iceux être chargés de plusieurs crimes de lèse majesté, ensemble d'une infinité de pilleries, larcins et concussions, non seulement des deniers du roi, mais de ses particuliers sujets*¹⁴⁹.

Tais acusações legitimavam, para os chefes protestantes, a ação contra os favoritos do rei. O que, para os envolvidos na Conjuração de Amboise, distinguia a sua decisão de uma revolta contra o rei era a certeza de que este desconhecia a verdadeira intenção e mesmo os atos dos Guise, o que significava que o duque e o cardeal agiam à revelia de Francisco II, e portanto não representavam a sua autoridade. As informações reunidas contra os Guise foram assim discutidas no conselho do príncipe de Condé, príncipe de sangue convertido e irmão de Antoine de Bourbon, já que “*le roi pour son jeune âge ne pouvait connaître le tort à lui fait et à toute la France et encore moins y donner ordre, étant enveloppé de ses ennemis*”¹⁵⁰. A conclusão do conselho de Condé é pela ação imediata:

*il ne fut question que d'aviser les moyens de se saisir de la personne de François, duc de Guise, et de Charles, cardinal de Lorraine, son frère, pour puis après leur faire procès par les états*¹⁵¹.

Os motivos da conjuração, reprimida pelo duque de Guise, foram expostos em textos como a *Histoire du Tumulte d'Amboise*, publicada no mesmo ano. O argumento central do opúsculo anônimo era a menoridade de Francisco II: segundo as leis do reino, antes de atingir a maioridade, o monarca apenas poderia governar por intermédio de um conselho que, segundo suas regras, deveria ser escolhido pelos estados reunidos, comandado pelos príncipes de sangue e formado apenas por franceses, isto é, os estrangeiros – como os Guise – estavam dele

¹⁴⁹ “por meio do julgamento de pessoas notáveis e qualificadas concluiu-se que estes eram culpados de vários crimes de lesa-majestade, assim como de uma infinidade de pilhagens, latrocínios e concussões, não apenas do dinheiro do rei, mas dos seus súditos particulares”, apud Mariéjol, op.cit., p.24.

¹⁵⁰ “o rei por sua pouca idade não podia saber o prejuízo feito a ele e a toda a França, e ainda menos ordená-lo, estando envolvido pelos seus inimigos”, apud id., ibid., p.24.

¹⁵¹ “tratou-se apenas de decidir os meios de apoderar-se da pessoa de François, duque de Guise, e Charles, cardeal de Lorena, seu irmão, para depois processá-los pelos estados”, apud id., ibid., p.24.

previamente excluídos. Há uma lei na França, diz a *Histoire du Tumulte d'Amboise*,

*établie tant par l'ancienne coutume, que par le commun accord et détermination des trois États assemblés en la Ville de Tours l'an 1484, que si la Couronne de France échoit par succession à celui qui serait en bas âge : alors les susdits trois États, à savoir, des Nobles, des Ecclésiastiques et du peuple soient assemblés, et par eux le Roi soit pourvue d'un Conseil, pour le gouvernement et administration de son Royaume pendant son bas âge. (...) En l'élection de ce Conseil, deux choses ont toujours été observées : l'une, est que les Princes du Sang y aient le premier lieu ; l'autre, que les Étrangers n'y soient aucunement admis*¹⁵².

A ação contra os Guise não pretendia portanto ser ação contra o rei. Pelo contrário, a posição dos chefes protestantes era a da defesa do rei, e pretendia estar legitimada pelas leis do reino. Tratava-se de um dever de resistência – derivado da idéia calvinista do direito de resistência dos magistrados¹⁵³ – contra um governo, e não contra a Coroa: se a tirania dos Guise aprisionava o rei, era dever da nobreza, constituída de bons franceses, libertá-lo dela¹⁵⁴.

Ainda durante a preparação da Conjuração, os Guises foram avisados por diversas fontes do que se preparava. Segundo Mariéjol, todas as denúncias falavam de um movimento dirigido contra os Guise, e não contra o rei¹⁵⁵. Alguns dias antes da data combinada para o ataque, 16 de março de 1560, uma nova leva de informações dava precisões sobre a estratégia de ação protestante, e levou o duque de Guise a reforçar a segurança em Amboise, onde estava a corte, e enviar guarnições aos pontos de encontro dos conjurados. Quando descobertos pelos exércitos reais, estes se entregavam ou fugiam, mas, de todo modo, parecem não ter apresentado resistência, e da mesma forma pacífica foram libertados pelo rei, ouvindo dele apenas uma reprimenda¹⁵⁶. Em 17 de março, um grupo de cerca de

¹⁵² “estabelecida tanto pelos costumes antigos, quanto pelo comum acordo e determinação dos três Estados reunidos na cidade de Tours no ano de 1484, que se a Coroa da França advier por sucessão a quem tiver pouca idade, então os acima citados três Estados, a saber, dos Nobres, dos Eclesiásticos e do povo sejam reunidos, e por eles o Rei seja provido de um Conselho, para o governo e administração de seu Reino durante sua pouca idade. (...) Na eleição desse Conselho, duas coisas foram sempre observadas: uma é que os Príncipes de Sangue tenham nele o primeiro lugar; a outra, que os estrangeiros não sejam de maneira alguma admitidos”, apud Jouanna, op.cit., p.57.

¹⁵³ Jouanna et al., op.cit., p.1243. Para Calvino, os magistrados reunidos nos estados gerais – e apenas nessa condição – tinham a obrigação de defender o povo contra um rei tirano. É a única situação em que o reformador francês afirma a possibilidade de uma resistência contra a autoridade secular, limitada, entretanto, à ação dos estados gerais, isto é, não extensiva à população em geral (cf. Mesnard, op.cit., p.294).

¹⁵⁴ Skinner, 1999, p.573.

¹⁵⁵ Mariéjol, op.cit., pp.25-26.

¹⁵⁶ Jouanna, op.cit., p.64.

200 protestantes, que não haviam sido encontrados pelas rondas organizadas por Guise, ataca a cidade durante algumas horas. Ao contrário dos primeiros conspiradores, estes são severamente punidos: alguns são amarrados e jogados no rio Loire, outros são estrangulados e seus cadáveres são expostos em frente aos muros do castelo¹⁵⁷ por ordem do duque de Guise, nomeado neste mesmo dia lugar-tenente geral do reino.

Francisco II, que se mantinha, pálido rei, em seu papel de defensor da religião, beneficia os Guise e a repressão ao complô ao mesmo tempo em que, levado pela rainha-mãe, Catarina de Médici, elabora um novo édito sobre a Reforma, motivado pelo reconhecimento de que *“les hérétiques sont devenus si nombreux que la violence contre eux provoquerait un bain de sang”*¹⁵⁸.

Decidido em 8 de março em uma reunião do Conselho real, da qual estava ausente o duque de Guise, e publicado pelo Parlamento três dias depois, o édito de Amboise apresenta o que alguns autores, como Arlette Jouanna¹⁵⁹, consideram um primeiro esboço de liberdade de consciência no reino, ao determinar que *“personne ne sera inquiété pour la Foi”*¹⁶⁰. Nele, Francisco II anistia os presos por causa de crimes de heresia, obrigando-os no entanto a viverem como bons católicos, e determina que os protestantes que não provocarem “escândalos”¹⁶¹ entre a população não poderão ser incomodados – eis aí, dizem alguns, um fiapo de liberdade de consciência instituído na relação entre o rei e seus súditos protestantes.

Quanto ao culto, ele será proibido pelo édito de Romorantin. Dois meses depois da decisão de 8 de março, em maio de 1560, o novo édito veda aos protestantes a pregação e as assembléias, públicas ou privadas, assim como qualquer tipo de impressão ou circulação de livros ou folhetos referentes à sua confissão. O decreto restabelece a distinção de jurisdição entre heresia, que volta a estar a cargo exclusivamente dos tribunais episcopais, e sedição, que deve ser julgada pela justiça real – distinção que havia sido anulada pelos éditos de Fontainebleau e Chateaubriant. Fica determinado que apenas a Igreja poderá conduzir processos por questões religiosas, e que os tribunais reais envolver-se-ão

¹⁵⁷ id., ibid., pp.64-67, e Mariéjol, op.cit., pp.27-28.

¹⁵⁸ “os hereges tornaram-se tão numerosos que a violência contra eles provocaria um banho de sangue”, Jouanna, op.cit., p.68.

¹⁵⁹ id., ibid., p.874.

¹⁶⁰ “ninguém será importunado por causa da Fé”, Stegmann, op.cit., p.243.

¹⁶¹ Jouanna, op.cit., p.874.

somente em casos de infração da ordem pública. Como o édito torna ilegais as celebrações protestantes, o culto, ou outro caso de desobediência às normas de Romorantin, seria considerado – independentemente de ser tido por heresia – desrespeito à ordem pública, e poderia ser julgado pelos tribunais reais, tendo em vista que o édito real era a lei do reino.

A discussão em torno do édito de Amboise de 8 de março e da Conjuração levou à convocação de uma assembléia de notáveis em Fontainebleau, entre 21 e 26 de agosto de 1560. Os Guise, inseguros quanto à sua preeminência depois da publicação do édito de Amboise, buscam reforçar sua posição e, frente ao crescimento da presença e da influência protestante no reino, voltam-se para aqueles que discordam da interrupção do projeto de repressão adotado anteriormente pela Coroa. De acordo com Jouanna, o duque pretende conquistar os “*catholiques déçus*”¹⁶² e assegurá-los de que, nele, eles terão, “*le moment venu, un chef et un protecteur à la cour*”¹⁶³. Com a liderança de François de Guise, é o partido católico que está se formando.

Do lado oposto, um partido protestante começa também a tomar corpo. A reação à violenta repressão à Conjuração de Amboise liderada pelos Guise mostrava já o início de uma organização dos senhores protestantes. Na sua *Epistre Envoyée au Tigre de la France*, publicada no mesmo ano de 1560, François Hotman, jurista e importante libelista protestante¹⁶⁴, ataca o cardeal de Lorena como Cícero havia atacado Catilina, conspirador contra a República romana:

*Tigre enragé, Vipère venimeuse, Sépulcre d’abomination, spectacle de malheur: jusqu’à quand sera ce que tu abuseras de la jeunesse de notre Roi ? Ne mettras-tu jamais fon à ton ambition démesurée, à tes impostures, à tes larcins ? (...) Tu t’es emparé du gouvernement de la France, et as dérobé cet honneur aux Princes du sang, pour mettre la couronne de France en ta maison*¹⁶⁵.

¹⁶² “católicos decepcionados”, id., ibid., p.71.

¹⁶³ “chegado o momento, um chefe e um protetor na corte”, id., ibid., p.71.

¹⁶⁴ François Hotman é também o autor do *De Furoribus Gallicis* (1573), sobre o massacre de São Bartolomeu, e da *Franco-gália* (1573), tratado sobre a história da construção da França-Gália, cuja maior contribuição, segundo Skinner, foi “mostrar como um estudo humanista da antiga constituição francesa poderia ser transformado numa ideologia revolucionária a serviço da causa huguenote” (Skinner, op.cit., p.580).

¹⁶⁵ “Tigre raivoso, Cobra venenosa, Sepulcro de abominação, espetáculo de infelicidade: até quando abusarás da juventude do nosso Rei? Não colocarás jamais fundo à tua ambição desmedida, às tuas imposturas, aos teus latrocínios? (...) Tomaste o governo da França, e subtraíste essa honra dos Príncipes de sangue, para colocar a coroa da França na tua casa”, Hotman, 1560, s/p.

Em outubro, o príncipe de Condé é preso em Orléans, onde a corte se prepara para a reunião dos estados gerais, acusado pela orquestração da Conjuração de Amboise e de outros movimentos contra a autoridade real. Segundo Jouanna, é a “doutrina política” dos envolvidos na Conjuração que está em julgamento junto com o príncipe, doutrina que, ao mesmo tempo em que ataca a tirania dos Guise, institui um grupo de oposição a ela. Na assembleia de Fontainebleau, esse partido será apresentado e defendido pelo almirante Gaspard de Coligny. As reivindicações dos protestantes da Normandia apresentadas pelo almirante significam a manifestação pública do seu engajamento junto aos calvinistas franceses. Coligny e Guise criticam-se mutuamente durante a assembleia, e levam o Étienne Pasquier a afirmar:

*Ceci nous est un certain pronostique que l'un et l'autre (l'un grand prince, l'autre grand seigneur) seront quelque jour conducteur de deux contraires partis, qui ne sont encores formés*¹⁶⁶.

Os contornos de um partido da Coroa distinguem-se progressivamente dos dois anteriores. A nomeação, em maio de 1560, do jurista Michel de L'Hospital como o novo chanceler do reino reforçará, nos anos seguintes, a opção pela permissão do protestantismo no reino, e começará a desenvolver o caminho da tolerância civil. Ligado ao cardeal de Lorena, L'Hospital havia feito carreira como conselheiro no parlamento de Paris (onde havia ingressado em 1544), presidente da câmara de contas do reino, e membro do Grande Conselho, tribunal reservado ao julgamento dos casos e processos de maior importância. Nos poucos meses em que exerceu sua função de chanceler ao lado dos Guise, sua característica mais marcante foi a severidade demonstrada nos julgamentos que presidiu. A morte de Francisco II, em 5 de dezembro, e a designação de Catarina de Médici como regente durante a menoridade de Carlos IX dão início a uma nova fase na relação entre a Coroa e a Reforma, na qual o chanceler terá papel determinante. Segundo Arlette Jouanna, “*Sous sa direction, la politique royale va peu à peu s'engager dans une voie nouvelle, surprenante pour tous les esprits qui ont approuvé la répression impitoyable de Henri II*”¹⁶⁷.

¹⁶⁶ “Isso nos faz certo prognóstico de que um e outro (um grande príncipe, o outro grande senhor) serão qualquer dia condutores de dois partidos contrários, que não se formaram ainda”, apud Jouanna, op.cit., p.71.

¹⁶⁷ “Sob a sua direção, a política real vai pouco a pouco se empenhar em uma via nova, surpreendente para todos os espíritos que aprovaram a repressão impiedosa de Henrique II”, id., ibid., p.69.

A Conjuração de Amboise e os acontecimentos em torno a ela deram forma e tornaram explícita a divisão de forças que se estabelecia acerca do conflito religioso: os Guise – que não se caracterizavam até então por um catolicismo fervoroso e que apenas gradativamente passavam a se identificar com os católicos que não queriam o protestantismo no reino –, os protestantes – que, saindo da clandestinidade, eram representados pela alta nobreza convertida – e ainda uma nobreza católica que, descontente com a hegemonia guisarda, ensaiava uma reunião com os protestantes. A Coroa, entre essas três vertentes distintas, buscará produzir um equilíbrio de poder em que a sua própria autoridade não esteja ameaçada, construindo uma tensão entre católicos e protestantes – em especial entre os membros da nobreza – que levará ao mesmo tempo ao início das guerras de religião na França e à primeira experiência da tolerância civil.